

---

HELSINQUE – Reunião do Grupo de Trabalho do GAC sobre a Proteção de Nomes Geográficos  
Segunda-feira, 27 de junho de 2016 – 08:15 às 09:15 EEST  
ICANN56 | Helsinque, Finlândia

OLGA CAVALLI:

Bom dia a todos aqui, vamos começar daqui uns 30 segundos.

Vai começar daqui 30 segundos, tomem seus assentos.

Bom dia eu sou Olga Cavalli, representante da Argentina perante o GAC e também vice presidente do GAC e também coordeno dois grupos no GAC, um sobre proteção de nomes geográficos dos novos gTLDs que é o assunto de hoje de manhã aqui nessa sala e o outro é a participação do GAC no NomCom para a quinta feira. Oi para os tradutores, avisem se eu falar rapidamente, por favor, façam algum sinal e também peço paciência.

Eu não dormi, eu assisti ao jogo de futebol. O Chile ganhou a Argentina perdeu estou um pouco triste mas parabenizo os colegas chilenos, irmãos da região, o trabalho da equipe chilena foi muito boa.

Estou com um pouco de sono, mas tudo bem. Estamos concorrendo com a premiação Ethos Award. Vou apresentar

---

**Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.**

---

dois documentos, um é um documento PowerPoint que contém o que nós temos feito desde março e antes da reunião de março no Marrocos e nós focamos na transição da IANA, então preparamos um documento sobre interesse público.

Também vamos focar nesse documento, mas não recebemos muitos telefonemas e começamos com as teleconferências depois da reunião de Marrakesh. Vou informar aqui o que nós falamos nessas teleconferências e as 9:15.

Vou mencionar aqui um resumo sobre o que nós vamos falar acerca da reunião plenária do GAC, então se tiverem alguma pergunta que ficou aberta aqui então eu quero contar um pouco como foi esse processo. Ele foi criado desde o *communique* em Dublin, em julho de 2015 que declarou que a ICANN deveria trabalhar com o GAC para aprimorar as regras para evitar sobre as rodadas de novos gTLD, para evitar conflitos desde que tivemos na primeira rodada especialmente sobre alguns nomes de territórios que são importantes para algumas comunidades e alguns países em diferentes partes do mundo.

Começamos a trabalhar na reunião de 2013 em Buenos Aires e produzimos alguns documentos. Um é um documento que foi apresentado antes da reunião de Singapura e que ficou aberto para comentários e que é uma novidade para o GAC. Ficou então

---

aberto para o período de comentários públicos, não o documento final do GAC, mas uma minuta.

Recebemos muitos comentários, apresentamos um resumo dos comentários em Singapura em 2014, no ano seguinte. Depois dessa apresentação lemos as transcrições e decidimos que deveríamos focar em alguns aspectos que realmente foram destacados durante essa sessão. Por exemplo, o significado de “interesse público” dentro do contexto da ICANN e dessa iniciativa de gTLDs e de nomes geográfico. É isso que vou apresentar hoje de manhã principalmente.

Também elaboramos um primeiro plano de trabalho porque o grupo ainda não tinha sido estabelecido formalmente até esse momento então elaboramos uma série de melhores práticas que eu vou apresentar aqui. Também as revisamos antes, mas eu gostaria de revisa-las de novo porque eu quero receber comentários dos membros do grupo de trabalho e também recebemos contribuições de amigos de alguns países sobre o uso de nomes regionais, conceitos relacionados como o governo ser relevante e outras coisas e tudo sobre isso quanto a revisão, então vamos passar para seguintes objetivos.

Esse grupo de trabalho diminui a incerteza sobre a nova rodada de gTLDs que mostra conflitos mas sucesso. Essa é a ideia. Queremos evitar a utilização errada de nomes de países e

---

regiões para evitar conflitos e também gostaríamos de dar alguma informação de antecedentes, os históricos sobre o processo de elaboração de diferentes documentos dentro do ambiente da ICANN.

Esse é o trabalho. É um grupo de trabalho do GAC que não é um grupo intercomunitário, mas é o grupo do GAC. Temos sido muito abertos, deixamos um período de comentário público pela primeira vez na história do GAC.

Vamos para o seguinte. Eu vou apresentar aqui o plano de grupo de trabalho que foi atualizado a pouco tempo e que foi compartilhado com os colegas do GAC.

Então se vocês puderam dar algum feedback na sessão sobre a apresentação na plenária sobre o grupo de trabalho do GAC seria ótimo, também comentários sobre as melhores práticas que temos recebido recentemente, também os nomes regionais e conceitos relacionados e vou fazer uma revisão muito rápida sobre interesse público que é a ideia que apresenta esse documento perante a ICANN com uma contribuição do GAC se for possível, talvez alguns países também podem fazer isso se decidirmos.

É um documento que revisa o uso do conceito de interesse público em diferentes documentos que tem a ver com a ICANN.

---

Não vou falar as reações sobre o trabalho apresentado pela representante proposta pelo CCWG que é a minha colega Gema da Espanha.

Esse documento foi preparado pelo grupo de trabalho de nomes geográficos e queria informar aqui sobre uma solicitação que tivemos na reunião de Marrakesh sobre incluir outros especialistas dentro da lista de e-mails do nosso grupo de trabalho.

Para aqueles que não me conhecem eu sempre procuro a abertura e a minha atitude, mas há certas regras que devem ser seguidas, não é só os meus desejos, mas há regras e se vocês tiverem, porém, algum comentário, por favor, manifestem-se. Agora o plano de trabalho aqui, por favor, vamos vê-lo na tela. Muito obrigado. Esse é um plano de trabalho que tem mudado desde que começamos com o plano de trabalho formal em 2014.

Primeiro com os comentários públicos que recebemos, criamos aqui esse conjunto de melhores práticas que vou revisar com vocês e também revisamos o conceito de interesse público que vamos falar hoje. Então esse primeiro ponto está bem elaborado.

O segundo ponto aqui do item são ideias, reflexões, comentários que recebemos de alguns países sobre essa questão. Queremos inseri-los dentro dos diferentes processos de elaboração de

---

políticas da ICANN. Não fizemos isso ainda com o GAC, mas parte dos documentos que elaboramos já foram enviados como comentários para diferentes processos como contribuição de alguns países da América Latina. Esse é o item dois. Podemos ver um pouco mais aqui. Esse documento está com todas as informações que recebem os colegas do GAC.

Vamos para o ponto 3. Júlia, por favor. Esse é o link aqui com contribuições feitas por alguns países da América Latina para a solicitação de comentários sobre o processo PDP de novos gTLDs da rodada de novos gTLDs e como eu disse antes quando revisamos as transcrições da reunião de Singapura. Muitos delegados e membros da comunidade solicitaram que refletíssemos sobre o uso de interesse público, é isso que vamos ver hoje e temos algumas sugestões aqui.

Esse item 3 já está bem elaborado e também temos uma proposta para analisar a situação de alguns nomes de territórios ocupados que também foram anexados, por exemplo, a Georgia, Ucrânia, essa questão já foi levantada hoje. Está meio elaborada, aqui trata sobre coletar experiências sobre rodadas anteriores e isso como fizemos uma coletânea de todas elas e o item 6 que já está elaborado e já pronto para ser melhorado.

Número 7 então. Pensamos em criar uma lista de nomes geográficos. Já temos falado muito sobre isso e temos concluído

---

que naquele momento achamos que era difícil de criar e manter. Deixamos ele um pouco stand-by, mas durante a reunião de Dublin nos reunimos com representantes da UNESCO da ISO e houve a ideia do Giacomo Mazzone do EBU e decidimos então que ainda devemos explorar isso no futuro, então o item 7 é um dos pontos de ação que ainda deve ser elaborado. O resto aqui da lista tem a ver só com aspecto de organização.

O PowerPoint agora, por favor, Júlia.

Por favor, alguém tem alguma pergunta?

IRÃ:

Bom dia, eu tenho alguns comentários.

O primeiro, vamos tentar manter as reuniões do GAC como reuniões não políticas. Então falar sobre alguns termos e territórios e todas as questões que sejam sobre ocupação, é uma questão muito complexa que vai requerer muito tempo de todos nós, é uma questão difícil e vai ser difícil obter comentários porque as perceções vão ser diferentes.

Então dentro do possível vamos esquecer as orientações políticas, não vamos considera-las para esse documento e segundo, o que significa nomes regionais?

---

Nós não temos nomes regionais. Estamos falando que tipo de regiões. Estamos falando em continentes. A região 1, região 2. Estamos falando sobre nomes geográficos, não sobre nomes regionais. Devemos ter muito cuidado então com esses termos. Também aqui surgiu a sugestão de participar quase ativamente nos últimos 18 meses no CCWG, então é melhor não falar sobre a questão do interesse público.

Poderíamos sim referir no seu interesse público entre aspas, mas é interesse público? Quando nós tocamos nessa questão não foi bem sucedido, o interesse público, aliás, está referido nos artigos de incorporação.

Devemos deixar isso da maneira que isso está. Também nos novos estatutos, mas eu não quero e eu tenho o temor de que isso seja uma armadilha para nós.

Falar sobre o que é interesse público por uma pessoa ou outra que não fala sobre interesse público então eu acho que devemos tentar dirigir a conversa sobre sua liderança a uma área que não seja tão sensível.

Então eu peço aqui para a senhora e os exímios colegas que, por favor, nos concentremos em aquelas coisas que nós possamos fazer e não em outras.

---

OLGA CAVALLI: Muito obrigada. Mzia.

GEORGIA: Isso não é uma questão política, porque eu acho que é uma questão relevante de preocupação e esse termo de países auto declarados não está bem claro.

Devemos definir o termo mais claramente significa para nós evitar problemas políticos. Então é por isso que a Ucrânia e eu também propomos definir esse termo.

OLGA CAVALLI: Muito obrigada Mzia.

Mais algum comentário?

Alguma reflexão?

Muito obrigado Kavouss sobre os comentários.

Eu não concordo com o senhor sobre essa questão de nomes geográficos, porque há regiões que tem nomes e isso também compreende dois ou três países e acho que vale a pena explorar essa questão.

Então temos opiniões diferentes sobre isso e quanto à revisão do que é interesse público essa é uma questão que foi solicitada durante a reunião de Singapura especialmente pela delegada

---

dos Estados Unidos no sentido que de deveríamos tentar definir alguma coisa. Eu sei que é difícil, mas deveríamos mesmo assim pensar em diferentes perspectivas sobre o uso das melhores práticas.

Esse é o objetivo do documento que nós preparamos com o grupo de trabalho e que compartilhamos com os colegas do GAC. É essa a ideia que está por trás disso. Comentários? Sim Milagros.

PERU:

Eu concordo com a Olga sobre a questão de regiões senhor Kavouss. Porque na América do Sul só, temos a região amazônica que é uma referência geográfica e também uma região.

Também a região andina, também é uma referência como região. Quanto a questão do interesse público na reunião de Marrakesh sobre interesse público eu participei e um advogado do GAC na ICANN me disse que o interesse público para a ICANN já tinha sido definido pela legislação dos estados da Califórnia, então para que pensar em reformular o termo interesse público?

Isso já foi utilizado quando a organização foi estruturada e foi definido que isso devia seguir o que estava estipulado na legislação do estado da Califórnia.

---

Então não podemos evitar utilizar essa definição. Então redefinir seria absurdo, porque isso já está definido na legislação do estado da Califórnia.

OLGA CAVALLI:

Muito obrigado Milagros, mais algum comentário?

Eu tenho um comentário de Oleksandr da Ucrânia que está participando de forma remota e eu vou ler.

“Em relação aos termos do GAC acho que sim, é possível trazer novas ideias, mas não podemos definitivamente manter o termo atual inalterado.”

Não chegamos a esse ponto da discussão se é uma discussão sobre termos aceitos o ponto de vista governamental. Oleksandr não podemos manter os termos atuais sem alterar.

“Deveríamos então alterar esse termo ou então manter a definição ou criar uma definição de ambos os dois termos. Isso que eu sinto, então eu sugiro ir solicitar mais ideias sobre termos e definições sobre os governos sempre considerando qual é a opinião dos advogados, a supervisão dos advogados da ICANN.”

Muito obrigado ao Oleksandr. O que nós sempre pensamos sobre essa questão dos governos em questão e vamos falar mais

---

sobre isso mais adiante e eu quero ver mais comentários sobre a definição e quero lembrar que a ICANN também abriu um espaço para refletir sobre o significado de interesse público.

Houve uma wiki, uma sessão na última reunião de Marrakesh. Infelizmente não assisti porque tinham outras reuniões do GAC, mas acho que pelos menos essa é uma boa ideia para conversar, ver diferentes perspectivas, rever as diferentes perspectivas, ver como isso encaixaria dentro de diferentes ambientes.

Mais algum comentário?

Vamos passar novamente para a apresentação em PowerPoint.

Essas são as melhores práticas que desenvolvemos depois de recebermos comentários em Singapura, analisarmos.

Não vou analisar uma e outra porque já vimos.

Recebemos comentários de membros do grupo de trabalho, porque essas melhores práticas idealmente deveriam consolidar todos os interesses de todos os solicitantes, ter também certeza, segurança política, um ambiente claro e também tem que conciliar o que são os interesses do governo e da comunidade.

Porque esse é o interesse e o objetivo que tem esse grupo de trabalho, fazer uma conciliação do interesse do governo, das autoridades públicas e comunidade.

---

Vou compartilhar então nessa apresentação o que são as melhores práticas, porque o que nós queremos ver em termos gerias é que haja um contato precoce entre o que o solicitante e o governo, autoridades relevantes em região e sub-região seja qual for o nome utilizar para que não sejam surpresa quando é utilizado esse novo gTLD então surge um novo problema.

O ideal seria ter um contato precoce que de fato foi parte do guia do solicitante. Não funcionou bem por diferentes motivos na primeira rodada, mas esperamos que na segunda possa se estabelecer de maneira diferente. Não digo obrigatório, mas sim um pouco mais como para que o solicitante possa ter um interesse em entrar em contato com a comunidade pertinente ou a região pertinente a qual pertence esse nome.

Vou deixar aqui essa apresentação, não sei se alguém tem comentários sobre essa imagem em particular, sobre esse slide. Eu apresentei varias vezes e é por isso que não vou mostrar novamente, quero ver se há comentários.

Não há comentários então vou passar para a próxima imagem.

Essa é uma ideia proposta de utilizar esses territórios anexados, ocupados e também falar sobre os “governos relevantes reconhecidos internacionalmente”.

---

Essa é uma discussão que se deu em várias teleconferências, realmente então agradeço receber comentários de vocês. Acho que Oleksandr fez uma boa sugestão, poderíamos procurar assessoria jurídica da ICANN e também das nações unidas ou algum advogado especialista internacional. Estou olhando para Milagros porque ela conhece o direito internacional, eu sou engenheira, não sou justamente a voz adequada para fazer uma análise a respeito.

Mas vimos em alguns documentos que “governos relevantes” ou “grupos pertinentes” e também de “governos reconhecidos internacionalmente” e se pensou que esse poderia ser o nome, não sei se algumas das pessoas que estavam aqui presente tenham comentários para fazer, senão vamos procurar algum tipo de assessoria sobre esse tema.

Jorge, por favor, quer falar?

SUÍÇA:

Obrigado.

Desculpem por chegar tarde.

Eu não sou especialista nesse assunto, mas estamos falando sobre quais as coisas que poderiam interpretar ICANN quando falamos em “governo relevante”, seja qual for o conceito

---

utilizado quando isso for implementado ou surgir em alguma solicitação.

Não sei se temos que ter presente que a ICANN tem que se ajustar ao direito internacional conforme a sua ata constitutiva e estatutos. Talvez tenhamos alguma coisa a essa respeito, não temos que voltar a criar tudo desde o início.

OLGA CAVALLI: Kavouss tem a palavra.

IRÃ: Obrigado.

Quero explicar porque talvez houve mal entendido.

Tenho problema com os nomes que estão relacionados com diferentes países numa região, mas quero evitar problemas políticos. Isso é muito importante.

Nós não temos que transformar o GAC no conselho de segurança das nações unidas. Eu concordo com Jorge, a equipe jurídica da ICANN poderia intervir no direito soberano dos países porque eu acho que com isso nós poderíamos saber se devemos continuar nesse caminho ou não, porque é algo da competência dos países.

---

Não há uma autoridade jurídica que possa ter seu próprio gabinete de advogados ou o que for. Acho que não devemos fazer referência a alguma entidade internacional que possa ter uma questão em particular, mas as assessorias jurídicas são assessorias para as pessoas a quem assessoram, acho que não aos governos, então há coisas que tem a ver com os governos soberanos e eu diria, bom isso é o que aprova o assessor jurídico mas tem a ver com o país em particular.

Porque as pessoas tem alguns interesses em particular e não tem que intervir nem interferir com a soberania de casa um dos países, então quando utilizamos esses termos eu diria que teríamos que tentar evitar essa assessoria dessas pessoas.

OLGA CAVALLI:

Obrigado Kavouss.

Poderia esclarecer a pergunta.

Em vários documentos se dizia “governos relevantes” e vários membros do grupo de trabalho disseram que no lugar de “governos relevantes” deveríamos utilizar “governos reconhecidos internacionalmente.”

Na minha modesta opinião não é intervir com os direitos de soberania de nenhum país, estamos analisando diferentes

---

formas de definir alguma coisa, por isso que estivemos falando desse tema.

IRÃ: Não estou falando isso.

Estou falando dos assessores legais da ICANN para que deem informação e etc. Era isso que eu queria assinalar.

Eu concordo totalmente com país reconhecido internacionalmente, acho que é esse o termo que devemos utilizar, mas quando falamos em procurar assessoria jurídica da ICANN em um tema particular eu queria fazer referência a isso.

OLGA CAVALLI: Bom, vou escrever aqui. Yuliya, Milagros, desculpem não estou vendo muito bem, não enxergo bem.

Miguel e Milagros.

Yuliya tem a palavra, por favor.

RUSSIA: De fato estou de acordo com Kavuss em quanto a que nós temos que fazer que as nossas deliberações sejam políticas.

---

Porque nós estamos fazendo um trabalho muito importante. É claro que devemos trabalhar com o que são nomes geográficos e que tem a ver com os territórios.

Somos nós também reconhecidos como membros do GAC. Quando falamos nos termos do direito internacional, logicamente não temos mandato nem competência suficiente para fazer alguma coisa a respeito. Então devemos utilizar linguagem de Nações Unidas e como podemos dizer se é relevante ou irrelevante porque não temos mandato nessa altura, não temos competência para isso. Se algum termo é proposto é preciso verificar no ministério das relações exteriores do meu país se esse termo é correto, certo ou não.

Eu não tenho competência suficiente para dizer agora se isso é aceitável ou não. Então quando falamos dos territórios não temos mandato, em primeiro lugar. Quando eu digo que estou fazendo meu próprio juízo de valor, se tem que ser melhor utilizado um termo ou outro estamos falando de nomes geográficos, territoriais.

Por exemplo, se o nome “C” e outros países tinham acesso a isso ou não. Então quando utilizamos o termo relevante como saímos dessa situação? É um tema muito delicado e eu acho que isso está muito ligado a temas políticos e devemos evita-los

---

porque estamos num território técnico e estamos pensando na internet, não como resolver questões políticas.

Então os nossos termos realmente tem que ser considerados a luz desses itens, desses tópicos.

OLGA CAVALLI: Em continuação tem que falar Miguel.

MEXICO: Obrigado senhora presidente.

Estou de acordo com tudo que se falou antes. No que se relaciona com evitar temas políticos nesse campo.

Quando tivemos esse diálogo no grupo de trabalho eu perguntei ao ministério das relações exteriores se essa mudança de “governo relevante” para “governos reconhecidos internacionalmente” estava certo eles disseram não podemos aceitar governos internacionalmente reconhecidos porque isso é uma questão política, então devemos tentar evitar o uso dessa terminologia. Estou totalmente de acordo com o “relevante”, talvez não seja o termo mais exato, certo, mas podemos trabalhar nele.

Mas os “governos reconhecidos internacionalmente” é um termo que não consideramos aceitável.

---

OLGA CAVALLI: Temos Milagros na lista.

PERU: Eu estou de acordo com Kavuss e Yuliya da Dinarmarca.

Que falam da necessidade de manter a parte tudo quanto tenha a ver com discussão política.

Eu não acho que esse seja o lugar para debater isto. Um “governo reconhecido internacionalmente” acho que não é um termo adequado porque há duas práticas sobre reconhecimento de governos e mais uma vez estaríamos então abordando ideias políticas sobre essas práticas.

“Governo relevante” também é uma terminologia não correta, porque a palavra “relevante” se utiliza uma vez e outra vez nos estatutos, na ata constitutiva é quem define então o que é correspondente e o que não é. Um governo é um governo, não é correspondente ou não correspondente, é assim e ponto. Acho que deveríamos evitar a palavra correspondente.

Eu diria governos e dizer simplesmente “governos” e deixar um espaço para analisar em definitiva caso a caso cada uma das situações que se apresente. Porque estamos pensando aqui em cenários hipotéticos que são realmente poucos, na prática

---

quantas situações desse tipo podem se apresentar para a ICANN com relação a situação de governos que são questionados ou áreas geográficas questionadas, quantos cenários desse podem ser apresentados? Poucos no mundo. Talvez nunca cheguem como um motivo, uma causa, é como um caso em si mesmo.

Eu diria “governos”, simplesmente deixaria a porta aberta para analisar caso a caso. Se surgir a necessidade de fazê-lo. Obrigado.

OLGA CAVALLI:

Obrigada Milagros.

Bom tem uma longa lista Olof, Mzia e Indonésia. Não sei seu nome, desculpe, quem está levantando a mão?

Mzia, por favor. E Finn também está na lista.

GEORGIA:

Eu não entendo porque alguns membros do GAC veem em nosso pedido de referir ou não referir o termo “governo relevante”, não é uma questão política.

A ICANN não é uma organização política e não tem porque intervir na soberania dos países. A ICANN é uma organização que gera nomes de domínio. Se ICANN não pode nomear nomes de países declarados ou territórios em conflito esse termo

---

procedente ou correspondente não está claramente definido. Devemos evita-lo então, evitar esse problema e deixar bem claro o que é procedente.

Eu acho que “reconhecido internacionalmente” não é o termo adequado, mas estou de acordo com Miguel e Oleksandr em que devemos trabalhar para definir esse termo procedente ou correspondente que quer dizer os advogados das Nações Unidas talvez possam manter esse termo no guia do solicitante, mas nós devemos defini-lo claramente. Dar uma definição clara do que é procedente.

Não estou de acordo em falar apenas sobre “governos”. Eu acho que é menos claro que dizer “governos procedentes”. Então quero enfatizar que esse não é um tema político. É tentar evitar essas disputas políticas.

Eu concordo com Miguel e Oleksandr em que devemos trabalhar sobre esse ponto para poder ter uma definição clara do que é que significa esse termo e evitar maus entendidos para o futuro.

OLGA CAVALLI:

Obrigado Mzia, Olof?

---

OLOF NORDLING: Pessoal da ICANN, eu não estou falando em meu nome próprio, mas vou falar sobre dois comentários da Ucrânia.

Em primeiro lugar para as regiões devemos em listas como a ISO3166-2 no que tem a ver com listas básicas de proteção de nomes geográficos.

O segundo comentário, vamos a política com P maiúsculo as definições com D maiúsculo, supervisão com S maiúsculo.

OLGA CAVALLI: Vou fechar a lista porque não vamos ter possibilidade de acabar no horário. Indonésia tem a palavra.

INDONÉSIA: Obrigado Olga. Obrigado Olof.

Eu não sei se Olof e a senhora me podem ajudar porque na ICANN, no que se refere a organização ISO como observador se vocês procuram referência ao pedido de comentários públicos nunca recebemos um comentário do grupo ISO, então acho que quando falamos isso temos que ver a possibilidade de que a ISO possa estar aqui em algum lugar, possa participar de alguma maneira no grupo da ICANN onde estamos falando na importância que tem a identificação para a Indonésia ou para a Malásia, bom etc.

---

Em segundo lugar estamos falando também do tempo porque devemos falar agora com a ISO porque há mudanças no que se refere a nomes políticos ou geográficos e alguma outra implicação política, então de alguma maneira tem que estar isso reconhecido no que são os algarismos, os números da ICANN DNS.

Quando falamos em processos leva muito tempo porque é necessário preparar documentos, etc. Também temos documentos técnicos, reuniões regionais, locais. Então é muito grande isso. Precisamos de muito tempo. Precisamos receber comentários de todo mundo, isso é importante, então mudanças que são realizadas, o protocolo existe, a IANA que vai ter que ser adotada.

Nós temos também um órgão de organização, falamos junto com a ICO que é a Comissão Eletrotécnica Internacional isso leva muito tempo.

É difícil de explicar.

OLGA CAVALLI:

Muito obrigado. Vou continuar com a fila.

Então quero explicar porque isso leva algum tempo, mas nós já pensamos nisso como uma opção.

---

Quem é que segue aqui na fila? Perdi um pouco aqui a lista, você e também a Dinamarca, desculpe eu não me lembro seu nome, poderia dizer o seu nome?

NIGERIA:

Eu sou Sonigitu Ekpe, eu sou da Nigéria, representante do governo da Nigéria e nós sabemos que a internet das coisas poderia levar a governança global.

Não podemos esquecer disso, é possível falar sobre isso. Deveríamos começar um diálogo e ver como podemos coincidir a dimensão política da internet porque se não falássemos sobre a governança de internet deveríamos levar em conta que isso já está dentro de um nível político essa é a ordem principal dessa questão de nomes de domínios.

Eu vejo os “governos correspondentes” que não deveriam estar aqui porque nós temos governos locais, subnacionais. Tudo isso existe, são vários interesses.

OLGA CAVALLI:

Muito obrigado, agora Finn, por favor.

DINAMARCA:

Muito obrigado.

---

Sobre uma questão, quando a Yuliya da Rússia falou a transcrição indicou a Dinamarca. Então para que a transcrição fique correta, por favor, indiquem que a Yuliya é da Rússia, ela não é a Yuliya da Dinamarca.

Muito obrigado. Porque a Yuliya da Dinamarca tem um recém nascido muito bonito que está muito bem.

OLGA CAVALLI:

Muito obrigada Finn pelo esclarecimento.

O senhor Kavouss pediu apalavra.

IRÃ:

Só uma pergunta, uma pequena questão, Vamos imaginar que em alguma área do mundo, uma ilha por exemplo que se chame X e como país e outro país se chama país Y, então como seria a questão com esses dois países, qual seria a função e qual é a nossa função nesse sentido do ponto de vista legal.

Uma ilha que tem dois nomes diferentes e são dois países diferentes, países grandes. Então qual seria nossa função? Diríamos que país X, país Y, qual dos dois que está certo? Se alguns exemplos, e isso já foi referido nas resoluções das Nações Unidas, mas esse não é o foco do nosso grupo de trabalho. Eu

---

quero continuar com essa discussão e eu acho que é muito interessante.

Eu não sei se chegamos a um acordo, mas tivemos uma excelente troca de reflexões e comentários que tem a ver com o “governo correspondente” ou “reconhecido internacionalmente”.

Então poderíamos depois resumir esses comentários em um documento para o grupo de trabalho e vou trabalhar sobre essas notas e essas questões e depois vou compartilhar isso com vocês e talvez possamos organizar uma teleconferência em julho e ver como isso tem avançado.

OLGA CAVALLI:

Vamos pro seguinte, eu não sei se temos tempo.

Quero mostrar brevemente o conteúdo do documento que alguns de nós preparamos no grupo de trabalho e é aqui que o GAC, entre os documentos para esse reunião, já fez o trabalho e se o GAC aceitar esse documento poderia ser enviado a um grupo de pessoas que estão colhendo informações sobre interesse público, sobre esse conceito na ICANN e pra mim a redação da primeira versão do documento foi interessante o que utilizamos como fonte de informações é as informações sobre os anos fiscais, o plano estratégico da ICANN para os anos

---

fiscais 2020 e a reunião de alto nível da assembleia geral também foi muito útil, também no fórum sobre interesse público em João Pessoa também foi muito interessante, fui convidada para fazer parte do painel e utilizamos esses documentos e colhemos algumas definições e conceitos sobre interesse público que chamamos que era muito interessante.

Vamos para o próximo slide Julia?

Um esclarecimento, os documentos sobre a ICANN e sobre a missão e todas essas informações foram utilizados antes das alterações que fizemos. Depois então talvez vamos revisar o trabalho preparado a dois meses a luz dos novos estatutos.

A ICANN define o interesse público global em relação a internet como garantindo que a internet se transforme, continue a ser estável, inclusiva, acessível em todo o mundo para que possa desfrutar dos benefícios de ser uma internet aberta e única.

Outra é a questão da responsabilidade pública a ICANN deve construir confiança na internet em um sistema de governança e isso é questão central no marco de segurança pública a necessidade de definir áreas e foco e questões de agro regiões, partes interessantes, tudo isso deve ser revisado em um contexto que é importante.

---

O interesse público teria hoje um significado diferente dependendo das questões que estivéssemos tratando. Então vamos para a seguinte. É um documento bem comprido, esse é apenas um resumo, não vamos ter tempo para ver todo esse documento.

A visão da ICANN sobre interesse público é que uma organização independente global do mundo para coordenar os sistemas de internet global como identificadores únicos para apoiar uma única e aberta internet, tudo isso com base no interesse público incorporar uma cooperação transparente e eficiente entre as partes do mundo todo para facilitar a sua função de coordenação.

Essa inclusão do interesse público aqui nesse parágrafo é algo que nós vemos que é para construir confiança. Não é uma missão estreita, é uma missão bem mais ampla. Vamos passar para o seguinte slide, por favor.

Enquanto a objetivos estratégicos eu vou passar para o último só que é elaborar e implementar o marco de interesse público global que esteja ligado a missão da ICANN, é uma referência específica sobre a elaboração política, a coordenação da elaboração normativa de forma razoável e apropriada em relação a essas funções técnicas.

---

Então deve ser razoável e adequada, apropriada. Isso quanto aos documentos da ICANN. Seguinte slide. Ainda os objetivos estratégicos.

A evolução do mercado e domínios não deve criar conflitos de agenda entre as principais partes para deturpar a cooperação e a evolução do mercado para servir o interesse público e promover a queda de funções e também a quem deve procurar elaborar o marco de responsabilidade pública para promover o interesse público e na coordenação do sistema de identificadores únicos e para esclarecer os objetivos, funções, marcos.

Para promover o interesse público através de um treinamento e aumentar a base diversa internacionalmente e também com conhecimentos e engajada. Temos mais pessoas entrando aqui na sala, interessante.

O que nós achamos quando analisamos esses diferentes termos ou esse conceito de interesse público e observamos que isso está incluído nos documentos fundamentais da ICANN e observamos que a definição é bem mais ampla do que o conceito de uma definição estreita que vai bem além disso.

Encontramos que esse contexto estava em linha um pouco com o que nós estamos fazendo com o grupo de trabalho sobre

---

baixar incertezas e sobre preparar o ambiente um pouco mais previsível quanto as políticas.

Vamos ao seguinte slide.

Aqui sobre os objetivos estratégicos, temos 4 minutos.

Não é até 9:30? São 9:30?

Se essa parte da agenda. Então mais dois minutos, não vou olhar todos os objetivos estratégicos, isso já está no slide.

Quando analisamos que o termo “interesse público” é utilizado de uma maneira bem mais ampla do que nós achávamos antes e seria interessante então revisar isso.

Vamos para o seguinte slide.

Como eu disse antes. Como podemos rever o interesse público vai bem além da missão estreita da ICANN, vai bem além disso. É importante considerar isso. Dentro do nosso grupo.

É por isso que nós preparamos esse documento aqui. O documento se encontra entre os materiais que devam ser revisados pelo GAC. Estou aberta aos comentários dos colegas do GAC sobre a possibilidade de enviar esses comentários como contribuição para essa questão do interesse público sobre o que a ICANN está fazendo, se vocês não quiserem tudo bem, podem manifestar-se em contrário.

---

Outras fontes que utilizamos são as reuniões de alto nível e os desfechos dessas reuniões. Também tivemos uma oficina no último IGF em João Pessoa, no Brasil. Que é uma boa fonte e seguinte, acho que já estamos concluindo. Também quero destacar a contribuição do Peru sobre a diferença entre bem comum e interesse público.

Muito obrigada, foi muito interessante, muito útil.

Há detalhes no documento, vocês podem revisar isso aí. Vamos para os outros comentários. É difícil de definir o que é interesse público, ainda estamos elaborando esse termo. Também temos outras definições sobre governo correspondente, relevante. Isso esta sendo feito dentro do grupo de trabalho e vamos ter, e isso está aqui no próximo slide, vamos continuar a elaborar esse plano de trabalho com o documento de interesse público e amanhã vamos ter uma apresentação sobre reações em um documento preparado sobre o grupo intercomunitário de trabalho de nomes de países e territórios, a Gema que preparou isso, e o resultado do trabalho do grupo de trabalho. A Gema foi muito gentil em preparar esse trabalho.

Tivemos a pergunta em Marrakesh sobre a possibilidade de incluir especialistas externos ao GAC na lista de e-mails do nosso grupo de trabalho e o que nós falamos dentro do GAC, conversamos, é que o melhor é convidar os especialistas as

---

reuniões ou talvez a algumas teleconferências ou momentos das teleconferências, mas não que eles estivessem incluídos nas listas de e-mails.

É esse comentários que eu queria deixar pro final e acho que é o último slide Júlia? Sim. Último slide foi esse.